



10
C

171

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Agravo Regimental nº 0177926-0/01 – Comarca de Recife
Agravante: Estado de Pernambuco
Agravada: Ivaldo Cavalcanti do Rego

5527

EMENTA: CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EFEITOS DO RECURSO DE APELAÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO APENAS EM CASOS EXCEPCIONAIS. CONCESSÃO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE ART. 2º-B DA LEI Nº 9.494/97. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA. INTEGRALIDADE DE PENSÃO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. POLICIAL MILITAR REFORMADO. GRATIFICAÇÃO DE MOTORISTA. AGRAVO REGIMENTAL UNANIMEMENTE IMPROVIDO.

1. O artigo 2º-B, da Lei nº 9.494/97, impôs a necessidade do trânsito em julgado para a execução de sentenças que determinem a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores, devendo a norma ser interpretada restritivamente.

2 - Não foram incluídas na vedação as revisões de pensões estatutárias, motivo porque inexistente óbice à execução provisória quando presente essa situação. Com efeito, via de regra, os titulares de pensões são pessoas em idade avançada ou portadores de necessidades especiais, onde é imperiosa a imediata satisfação do direito, sob risco de que, em face da demora, o provimento jurisdicional seja inócuo.

3 - Inferi-se, pois, assegurar a possibilidade de antecipação dos efeitos da tutela contra as Entidades de Direito Público, tudo em consonância com o entendimento jurisprudencial mais autorizado. Não obstante, resta sem solução a controvérsia em torno da possibilidade de empréstimo de efeito suspensivo às apelações interpostas contra as sentenças nas quais se confirma liminar anteriormente deferida e impõe-se condenação às entidades em apreço.

4 - Neste diapasão, a razoabilidade impõe a adoção de entendimento segundo o qual as mencionadas sentenças

11
172
podem ser provisoriamente executadas, uma vez que estas se baseiam em cognição exauriente, mais profunda e completa, portanto, que as realizadas de forma incidental, as quais, consoante entendimento do STJ, podem onerar as entidades Administrativas a partir de sua prolação. Neste mesmo sentido, o inciso VII, artigo 520, do Código de Processo Civil, consigna que será recebida somente no efeito devolutivo a apelação exercitada contra sentença que confirmar a antecipação dos efeitos da tutela.

7. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao Agravo regimental.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Agravo Regimental nº 0177926-0/01, acima mencionado, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Oitava Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, sessão realizada no dia 11/02/2010 a unanimidade de votos, em negar-lhe provimento, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 11/02/2010.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



12
C

173

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Agravo Regimental nº 0177926-0/01 – Comarca de Recife
Agravante: Estado de Pernambuco
Agravada: Ivaldo Cavalcanti do Rego

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo Regimental hostilizando decisão interlocutória proferida às fls. 93/98 dos autos do Agravo de Instrumento em apenso, que, indeferindo o desiderato de efeito suspensivo requestado, manteve incólume a decisão de primeiro grau que recebeu a apelação interposta pelo ora agravante apenas no efeito devolutivo.

Em suas razões, de fls. 02/03, assevera o agravante/recorrente que a atribuição de efeito suspensivo ao apelo interposto mostra-se imprescindível, seja em virtude da garantia estipulada à Fazenda Pública pelo art. 2º-B, da Lei nº 9.494/97, seja em razão da possibilidade da decisão ocasionar dano grave ou de difícil reparação ao erário.

Alega-se, ainda, que a pretensão do ora agravado foi extinta pela Lei Complementar Estadual nº 16, de 08/01/1996, que extinguiu o direito à incorporação das gratificações de qualquer natureza percebidas pelo servidor há mais de vinte e quatro meses consecutivos, na data do pedido de aposentadoria, bem como o direito à estabilidade financeira previsto no art. 1º, § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 03, de 22 de agosto de 1990.

Achando por bem não exercer o juízo de retratação, apresento nesta oportunidade o presente Agravo Regimental para julgamento nesta Egrégia 8ª Câmara Cível.

É o relatório.

Recife, 11 de 02 de 2010.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



13
C
174

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Agravo Regimental nº 0177926-0/01 – Comarca de Recife
Agravante: Estado de Pernambuco
Agravada: Ivaldo Cavalcanti do Rego

VOTO

De proêmio, registre-se que, segundo entendimento pacífico dos Tribunais Superiores, a vedação contida no art. 2º-B, da Lei nº 9.494/97, deve ser interpretada restritivamente, não cabendo sua aplicação nas hipóteses em que a pretensão possui caráter alimentar.

Deste entendimento, inclusive, decorre a Súmula nº 729 do Excelso Pretório, que se aplica inteiramente ao caso, haja vista a natureza previdenciária do feito.

Posto isto, transcrevo a interlocutória de minha relatoria, deixando-a incólume em todos os seus termos.

"(...) A controvérsia que ora se trava repousa em torno da admissibilidade de serem antecipados o cumprimento da tutela jurisdicional em desfavor da Fazenda Pública, e dos efeitos em que se deve receber o recurso apelatório empreendido contra sentença que confirma os termos da interlocutória, e condena a Entidade Fazendária. Observa-se que os procuradores dos entes da Administração Pública, ao lidarem com o tema em análise, submergem sobremaneira a dois pontos, para assegurar que, em virtude da previsão do duplo grau obrigatório e do regime dos precatórios judiciais, não se pode antecipar os efeitos da tutela em desfavor dos Entes de Direito Público, como também, as sentenças exaradas contra os interesses destas mesmas entidades não se coadunam com o regime da execução provisória, devendo, portanto, ser submetidas aos Tribunais de apelação sob a vigência do efeito suspensivo.

Vê-se que o art. 2º-B, da Lei nº 9.494/97, com redação definida pela Medida Provisória nº 2.180-35/2001, ratificando a tese dos Entes Administrativos, restringe ainda mais a possibilidade de serem provisoriamente executadas as sentenças desfavoráveis à Fazenda Pública.

14
C
175
Eis o texto:

"a sentença que tenha por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive de suas autarquias e fundações, somente poderá ser executada após seu trânsito em julgado."

Exposto isto, percebe-se que, em regra, não deve ser onerada por decisões judiciais ainda não transitadas em julgado os Entes Públicos. Noutros termos, as decisões suscetíveis a impugnações recursais, via de norma, não devem ser executadas quando proferidas em desfavor das entidades componentes da Administração Pública.

Pondere-se, nessa toada, para a expressão "em regra", que se repete no último parágrafo, e sugere a existência de exceções, dentre as quais se avulta a referente a prestações de natureza alimentar, como bem averbado pelo Desembargador Silas Vieira, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais: os comandos do art. 475 do CPC e da Lei n.º 9.494/97, não afastam, por completo, a possibilidade da concessão de antecipação de tutela em face da Fazenda Pública, sendo viável o acolhimento do instituto previsto no artigo 273 do CPC, quando presentes os respectivos requisitos, ainda mais na hipótese de verba alimentar. (Processo n.º 1.0000.00.311435-2/000(1)).

Não destoia do entendimento acima transcrito o STJ, ao admitir a concessão de liminares em desfavor das entidades fazendárias, conforme se constata da anotação do Ministro Teori Albino Zavascki o qual, ao confeccionar a ementa do REsp 742814/RJ, consignou que a obrigatoriedade do reexame necessário das sentenças proferidas contra a Fazenda Pública (art. 475 do CPC) não é óbice à antecipação dos efeitos da tutela pleiteada.

Inferi-se, pois, assegurar a possibilidade de antecipação dos efeitos da tutela contra as Entidades de Direito Público, tudo em consonância com o entendimento jurisprudencial mais autorizado. Não obstante, resta sem solução a controvérsia em torno da possibilidade de empréstimo de efeito suspensivo às apelações interpostas contra as sentenças nas quais se confirma liminar anteriormente deferida e impõe-se condenação às entidades em apreço.

Neste diapasão, a razoabilidade impõe a adoção de entendimento segundo o qual as mencionadas sentenças podem ser provisoriamente executadas, uma vez que estas se baseiam em cognição exauriente, mais profunda e completa, portanto, que as realizadas de forma incidental, as quais, consoante entendimento do STJ, podem onerar as entidades Administrativas a partir de sua prolação. Neste mesmo sentido, o inciso VII, artigo 520, do Código de Processo Civil, consigna que será recebida somente no efeito devolutivo a apelação exercitada contra sentença que confirmar a antecipação dos efeitos da tutela.

Além disso, tratando-se de verbas dotadas de evidente caráter alimentar, não há porque assegurar o seu adimplemento durante o processamento do feito perante o juízo de primeiro grau, e negá-lo.

15
176
enquanto espera o pronunciamento do Órgão *ad quem*, pois a necessidade permanece, e as razões jurídicas aumentam, uma que passaram pelo crivo do togado monocrático, sendo acolhidas pelo mesmo.

Nesse sentido, os Ministros Felix Fischer, Laurita Vaz, Jane Silva e Nilson Naves, ao debruçarem-se sobre o tema em debate, perfilharam o entendimento ora sustentado, para lavrar as ementas que seguem:

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. VEDAÇÃO. ART. 2º-B DA LEI Nº 9.494/97. PENSÕES ESTATUTÁRIAS. REVISÃO. DESCABIMENTO. NATUREZA PREVIDENCIÁRIA.

I - Descabe falar em afronta aos artigos 458, inciso II, e 535, inciso II, do Código de Processo Civil, pois houve a apreciação da matéria suscitada nos embargos de declaração possibilitando, inclusive, sua análise em sede especial.

II - Esta Corte tem se pronunciado no sentido da possibilidade de execução provisória contra a Fazenda Pública e que nessa hipótese, em se tratando de verba de natureza alimentar, é dispensável a prestação de caução.

III - O artigo 2º-B, da Lei nº 9.494/97, impôs a necessidade do trânsito em julgado para a execução de sentenças que determinem a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores, devendo a norma ser interpretada restritivamente.

IV - Não foram incluídas na vedação as revisões de pensões estatutárias, motivo porque inexistente óbice à execução provisória quando presente essa situação. Com efeito, via de regra, os titulares de pensões são pessoas em idade avançada ou portadores de necessidades especiais, onde é imperiosa a imediata satisfação do direito, sob risco de que, em face da demora, o provimento jurisdicional seja inócuo.

V - Entendimento, em hipótese análoga, que deu origem ao enunciado nº 729 da Súmula do Pretório Excelso: "A decisão na ADC-4 não se aplica à antecipação de tutela em causa de natureza previdenciária." Recurso não-conhecido.

(STJ. RESp 608704/CE. DJ 01.07.2004 p. 271).

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE. VEDAÇÃO LEGAL. ART. 2º-B DA LEI Nº 9.494/97.

1. A decisão proferida pelo Tribunal de origem encontra-se em consonância com o entendimento desta Corte Superior de Justiça, firmada no sentido de que é vedado a execução provisória contra a Fazenda Pública de decisão que tenha por objeto liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores públicos.

2. Agravo regimental desprovido.

AgRg - RESp 1071636 / SP AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2008/0143295-8 Rel. Ministra LAURITA VAZ. Órgão Julgador T5 - QUINTA TURMA - DJ 11/11/2008.

EMENTA: RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 535, I E II DO CÓD. DE PR. CIVIL (NÃO-OCORRÊNCIA). EXECUÇÃO PROVISÓRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (POSSIBILIDADE). VERBA DE NATUREZA

16
C 177
PREVIDENCIÁRIA (CASO). ART. 2º-B DA LEI Nº 9.494/97 (INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA). PRECEDENTES (APLICAÇÃO). LEGITIMIDADE PASSIVA DA UNIÃO (COTSA JULGADA). EXCESSO DE EXECUÇÃO (SÚMULA 284/STF). AGRAVO REGIMENTAL (DESPROVIMENTO).

AgRg AgRg no REsp 641749 / PR AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2004/0019317-7 Rel. Ministro NILSON NAVES. Órgão Julgador T6 - SEXTA TURMA DJ 06/11/2008.

EMENTA: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PENSÃO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA CONTRA FAZENDA PÚBLICA. ART. 2º-B DA LEI 9.494/97. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. INAPLICABILIDADE.

1 - Esta Corte Superior de Justiça firmou entendimento de que o art. 2º-B da Lei 9.494/97 tem a sua aplicação restrita ao pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, sendo vedada sua interpretação extensiva, de forma que venha a alcançar verbas relacionadas a benefício previdenciário.

2 - Agravo regimental improvido.

AgRg no REsp 918693 / RS AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2007/0013535-9 Rel. Ministra JANE SILVA DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG) Órgão Julgador T6 - SEXTA TURMA DJ 25/09/2008 Data da Publicação/Fonte.

Desta feita, não perduram dúvidas a respeito da possibilidade de serem provisoriamente executadas as sentenças exaradas em desfavor dos Entes Fazendários. Assim tem decidido a jurisprudência dos Tribunais, conforme demonstrado pelos julgados colacionados, bem como pelos proferidos nos feitos tombados, no STJ, sob as seguintes numerações: AgRg no REsp 658518/RS, de relatoria da Ministra Laurita Vaz; REsp 711575/RS, relatado pelo Ministro José Arnaldo Da Fonseca; e AgRg no REsp 663854/DI, da relatoria do Ministro Gilson Dipp.

Evidencia-se, portanto, diante dos fundamentos demonstrados, que a ordem processual desabriga a postulação da parte agravante no atinente à possibilidade de ser executada a sentença monocrática no que coincide com a interlocutória antes exarada. Entretanto, há de se notar que a parte dispositiva da dita sentença vai além dos termos interlocutórios, determinando o pagamento das verbas atrasadas.

Nesse ponto específico (referente ao pagamento da diferença), assiste razão à parte agravante, na medida que a interlocutória antes exarada determinou somente a reintegração do adicional de inatividade aos proventos da parte recorrida, não abrangendo os importes tidos por atrasados, os quais para ser ou não adimplidos dependem do trânsito em julgado da sentença, fato que não ocorrerá antes da análise, por esta Corte, do referido *decisum*, em face da apelação interposta e do reexame necessário que pende sobre a decisão.

Posto isso, DEFIRO PARCIALMENTE a antecipação dos efeitos da tutela recursal, para suspender os efeitos da sentença em análise somente na parte referente ao adimplemento dos importes tidos por atrasados.

Comunique-se a presente decisão ao juízo *a quo*, dispensando-o de prestar informações sobre a questão versada no presente agravo.

17
C
178
Intime-se a agravada para que, nos termos e no prazo da lei processual, ofereça a resposta de estilo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público com assento nesta Câmara Cível. Publique-se. Intimem-se. Recife, 30 de março de 2009.
Des. José Ivo de Paula Guimarães - Relator."

Feitas essas considerações, tendo em vista a ausência dos requisitos legais elencados no art. 558 do CPC, voto pelo improvimento do presente Agravo Regimental, com a manutenção da decisão fustigada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 16 de 02 de 2010.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator